

TOMO II

DERIVADA
PROCESSO
PENAL

Ionilton Pereira do Vale
Miguel Ângelo de Carvalho Pinheiro
Magno Gomes de Oliveira

TEMAS DE
PROCESSO
PENAL

Processo Acusatório e Juiz das Garantias

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2021

Copyright © 2021 by
Ionilton Pereira do Vale
Miguel Ângelo de Carvalho Pinheiro
Magno Gomes de Oliveira

Categoria: Direito Penal

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

V149t

Vale, Ionilton Pereira do

Temas de processo penal : tomo II : processo acusatório e juiz das
garantias / Ionilton Pereira do Vale, Miguel Ângelo de Carvalho Pinheiro.
– Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.

236 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 207-221.

ISBN 978-65-5510-612-1

1. Direito processual penal. 2. Processo penal - Brasil. 3. Garantia ao
devido processo legal. 4. Interpretação. I. Pinheiro, Miguel Ângelo de Car-
valho. II. Título.

CDD 347

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Capítulo 1

Do sistema acusatório: considerações gerais.....	1
1.1 Processo e garantismo: o processo como garantia do indivíduo.....	1
1.2. Do sistema acusatório	6
1.3. Do sistema acusatório no Direito Comparado.....	11
1.4. A igualdade de armas como postulado do sistema acusatório	15
1.5 Distinção entre o princípio do contraditório e a paridade de armas	17

Capítulo 2

A imparcialidade do juiz como corolário do sistema acusatório	21
2.1 A inércia do juiz como postulado do processo acusatório.....	21
2.2. Processo acusatório e iniciativa probatória do juiz	23
2.3 O juiz imparcial como corolário do processo acusatório.....	29
2.4. Independência, imparcialidade e neutralidade do juiz	33
2.5 O juiz natural como garante das liberdades e garantias individuais: imparcialidade objetiva e subjetiva	43
2.6 Independência interna e externa dos juízes.....	47
2.7. Os três estratos da imparcialidade do juiz.....	51
2.8. A necessária imparcialidade dos juízes leigos (jurados).....	52
2.9. Principais problemas em relação à imparcialidade dos jurados.....	54

Capítulo 3

Uma introdução ao juiz das garantias: o juiz das garantias no controle da investigação	59
3.1. Do juiz das garantias.....	59

- 3.2. O juiz das garantias como guardião das liberdades do investigado no processo penal acusatório preliminar (*persecutio in criminis*) 62
- 3.3. A *persecutio criminis* e seu valor probatório 65
- 3.4. Competência genérica do juiz das garantias..... 66

Capítulo 4

- Competência do juiz das garantias em relação à prisão 71**
 - 4.1. Receber a comunicação imediata da prisão do investigado..... 71
 - 4.2. Conceder liberdade provisória ao acusado nas excludentes da ilicitude 74
 - 4.3. Zelar pela observância dos direitos do preso e sua presença nos atos processuais..... 76
 - 4.4. Ordenar que o preso seja apresentado à sua presença a qualquer momento 79
 - 4.5. Ser informado sobre a instauração de qualquer investigação criminal 80
 - 4.6. Prorrogar o prazo de duração do inquérito, estando o investigado preso, em vista das razões apresentadas pela autoridade policial..... 82
 - 4.7. Prorrogar o prazo de duração do inquérito em leis especiais ou extravagantes 84

Capítulo 5

- Juiz das garantias como guardião da liberdade individual ou coletiva..... 87**
 - 5.1. Determinar o trancamento do inquérito policial quando não houver fundamento razoável para sua instauração ou prosseguimento..... 87
 - 5.2. Julgar o *habeas corpus* impetrado antes do oferecimento da denúncia..... 89
 - 5.3 Controle jurisdicional do juiz das garantias e nulidade do inquérito policial 91

Capítulo 6**O juiz das garantias e o direito à intimidade dos presos:**

o direito à imagem	95
6.1. A mídia e o sensacionalismo causado por crimes graves e de repercussão social	95
6.2. Direito à informação vs. imagem do preso	97
6.3. Os crimes cibernéticos e sua repercussão na imagem dos presos	102
6.4. A dificuldade do controle midiático e a exploração da imagem do preso	107

Capítulo 7**Competência do juiz das garantias em relação à prova**

7.1 O requerimento de produção antecipada de provas consideradas urgentes e não repetíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa em audiência pública e oral	111
7.2. O exame de corpo de delito: dos delitos que deixam vestígios.....	114
7.3 Das provas não repetíveis.....	117
7.4. Decidir sobre outros meios de obtenção da prova que restrinjam direitos fundamentais do investigado	119
7.5. Requisitar documentos, laudos e informações ao delegado de polícia sobre o andamento da investigação.....	123
7.6. Determinar a instauração de incidente de insanidade mental	126
7.7. Assegurar o direito outorgado ao investigado e ao seu defensor de acesso a todos os elementos informativos e provas produzidos no âmbito da investigação criminal	128

Capítulo 8**Competência do juiz das garantias em relação à reserva da jurisdição... 133**

8.1. Da reserva da jurisdição	133
-------------------------------------	-----

8.2. Decidir sobre os requerimentos de interceptação telefônica, do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática ou de outras formas de comunicação.....	137
8.3. Decidir sobre os requerimentos de afastamento dos sigilos fiscal, bancário, de dados e telefônico	140
8.3.1 Sigilo e intimidade: considerações gerais.....	140
8.3.2 O sigilo fiscal: regras de tratamento	142
8.3.3. Sigilo bancário	146
8.3.4. Sigilo de dados: definição e limites	150
8.3.5 Considerações acerca do sigilo telefônico.....	153
8.3.6 Tipos de interceptação telefônica	155
8.3.7 Licitude da gravação telefônica.....	156
8.4. Decidir sobre os requerimentos de afastamento de busca e apreensão domiciliar	161
8.5. Decidir sobre os requerimentos de acesso a informações sigilosas.....	162
8.6. Informações pessoais.....	164

Capítulo 9

Atos instrutórios e decisórios praticados pelo juiz das garantias	167
9.1. Decidir sobre o recebimento da denúncia ou queixa, nos termos do art. 399 do Código de Processo Penal	167
9.2. Decidir sobre o requerimento de prisão provisória ou outra medida cautelar	168
9.3. Prorrogação, substituição ou revogação da prisão provisória ou outra medida cautelar.....	171
9.4. Deferir pedido de admissão de assistente técnico para acompanhar a produção da perícia	174
9.5. Decidir sobre a homologação de acordo de não persecução penal ou de colaboração premiada, quando formalizados durante a investigação.....	176
9.6 A delação premiada no mundo	178

9.7. Legitimidade para propor a delação premiada.....	184
9.8 Cláusula de confidencialidade.....	186
9.9. Da instrução criminal no acordo de delação premiada: o devido processo legal.....	187
9.10. Delação premiada e colaboração premiada: distinção	190
9.11. Natureza jurídica da prova produzida na delação premiada: exame da ADI 5.508/DF	191
Capítulo 10	
Outras atribuições do juiz das garantias	195
10.1. Decidir outras matérias inerentes às atribuições definidas no <i>caput</i> do artigo 3º-B	195
10.2. Crimes envolvendo integrantes de órgãos de segurança pública e nomeação de defensor	197
10.3. Dos autos relativos à instrução do juiz das garantias	199
10.4. Impedimento do juiz das garantias para atuar na instrução e julgamento	201
Referências	207